

## PARTIDOS POLÍTICOS SE PREPARAM PARA AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020

Esta edição inaugura o acompanhamento, que se fará em próximos números de *Contextus*, da conjuntura das eleições municipais de 2020, com destaque para o município de Belo Horizonte e alguns outros da região metropolitana da capital mineira.

O cenário da disputa de 2020 tende a ser notavelmente complexo, sob a ação de numerosas variáveis extrínsecas ao território de Belo Horizonte, mas que têm a potencialidade de modificar decisivamente a correlação de forças local. Como vem ocorrendo há décadas, a capital mineira pode se tornar, mais uma vez, cenário em que repercutem disputas mais amplas. Na mesma medida, os embates que aqui se fazem tendem a ter repercussões nas políticas estadual e federal.

Olhando para esse cenário eleitoral a treze meses da votação, já se fazem sentir as muitas questões nacionais e estaduais que provavelmente se entrecruzarão com o debate local. Por um lado, os rumos e o andamento ainda nebulosos do governo Bolsonaro podem reverberar. A história recente mostra que a insatisfação – mais até do que o contentamento – da população com um governo e com as condições econômicas costuma determinar a escolha do eleitor.

Aqui em Minas, pressentem-se desdobramentos de escolhas possivelmente impopulares (como exemplificam o projeto das privatizações e a retirada de direitos do funcionalismo) que vêm sendo delineadas no governo mineiro. Essas ações são parte do Regime de Recuperação Fiscal que constitui a principal saída defendida pelo governo Zema para a crise econômica e fiscal que ameaça paralisar a máquina pública. Estão sendo feitas outras tentativas de solução, encampadas, sobretudo, por esforço do Poder Legislativo estadual. Se essas alternativas não obtiverem êxito completo, as duras propostas do governo federal tendem a ser encampadas pelo governo do estado. Sobre esse tema, recomenda-se a análise oferecida no número anterior de *Contextus* (n. 33), publicada no mês de julho e que está disponível no *site* do Nesp.

Existem outras questões que, mesmo parecendo mais abstratas, tendem a ter impacto na política nacional. É exemplo disso o temor de que o país possa entrar em uma recessão (há inclusive quem prefira caracterizá-la como uma “depressão”) econômica. O ligeiro incremento de 0,4% no PIB (Produto Interno Bruto) alcançado no segundo trimestre de 2019, depois de dois trimestres de queda, não foi suficiente para afastar a ameaça de uma crise mais grave. Além do mais, tem sido dito que esse patamar de crescimento não é suficientemente forte para superar, em curto prazo, o desemprego ou afetar a vida das pessoas mais pobres.

O anúncio desses dois últimos dados foi acompanhado com ceticismo por boa parte dos analistas na imprensa. Predomina a posição dos que dizem ser necessário aguardar mais um trimestre antes de comemorar uma suposta retomada do crescimento econômico. Com relação à diminuição do desemprego, a descrença é ainda mais acentuada. A redução de 12,5% no primeiro trimestre de 2019 para os 11,8% medidos no segundo trimestre está sendo associada ao aumento da informalidade, com um recorde no número de empregados sem carteira assinada e de trabalhadores por conta própria. Por mais que o dado possa ser, em si mesmo, positivo, ele indica ao mesmo tempo uma maior precarização e diminuição da qualidade de vida do trabalhador.

Soma-se a essa instabilidade econômica brasileira o prenúncio de outra crise que ameaça se abater sobre a economia mundial.

Ainda mais, para além das preocupações econômicas, existe o descrédito com a política que se constata, em vários países ocidentais. Erguem-se, como uma ameaça ao ideal democrático, os projetos antissistêmicos e alegadamente “antipolíticos”. Parece razoável supor que todos esses fatores globais possam se somar a especificidades locais potencializando conflitos.

Não sendo possível, no âmbito da presente análise, abordar em profundidade cada uma dessas situações, esta edição de *Contextus* se dedica a apreciá-las como elementos do cenário mais amplo em meio ao qual estão se dando as articulações preparatórias para a próxima disputa eleitoral no município de Belo Horizonte.

## CONDIÇÕES GERAIS DA DISPUTA ELEITORAL DE 2020

O regime que impõe a realização de eleições a cada dois anos mantém os partidos políticos sempre mobilizados pela disputa para manter ou angariar mais espaços de poder. Apenas encerrado o processo eleitoral por meio do qual, no ano passado, conduziram-se deputados, senadores, governadores e presidente da República, os partidos já se mobilizam para um novo páreo, rivalizando-se pelos cargos de vereadores e prefeitos.

Embora as eleições municipais devam ocorrer apenas em outubro de 2020, as principais definições internas aos partidos já estão sendo negociadas. A formalização de candidaturas, nas convenções partidárias, deve se dar nos meses de julho e agosto. Portanto, em menos de um ano têm de estar concluídos os acordos e as legendas deverão estar prontas para a campanha eleitoral.

Como costuma ocorrer, a um ano do primeiro turno eleitoral em Belo Horizonte, multiplicam-se os nomes dos potenciais candidatos a prefeito. Nas pesquisas de opinião que vêm sendo feitas, os partidos costumam testar nomes de possíveis concorrentes, avaliar seu nível de popularidade. Políticos que não demonstram ser bem aceitos pela população são retirados do páreo. No início do mês de agosto,

pesquisas divulgadas na imprensa da capital mineira mostravam que já chegam a quase duas dezenas os possíveis candidatos ao Executivo municipal. Durante o processo de formação de alianças também costuma haver redução do número dessas pré-candidaturas.

Neste ano, contudo, existem condições peculiares que podem fazer da multiplicação de candidatos a prefeito um dispositivo usado para favorecer a eleição de vereadores. Essa hipótese, melhor discutida a seguir, pode ser uma característica deste pleito. Um de seus efeitos será o de tornar menos previsível o resultado final da eleição majoritária, isto é, a eleição de prefeito.

Inclusive por essa razão, parece razoável manter alguma reserva em relação às projeções de qualquer pesquisa eleitoral que venha sendo publicada a tão grande distância. Os próprios dados obtidos preliminarmente, sugerem o tamanho da indefinição que existe um ano antes da votação: um instituto de pesquisa constatou, no início de agosto, que mais de dois terços de seus entrevistados diziam ainda não ter decidido em quem votar. Em anos passados, foi se acentuando uma tendência, entre os eleitores, de escolher seus candidatos muito próximo ao dia das eleições. Os dados colhidos em agosto podem ser o prenúncio de que essa tendência ainda se mantém.

As razões que levam à postergação, pelo eleitor, da escolha de um candidato são, possivelmente, múltiplas e não se reduzem a uma causalidade simples. No entanto, muitos analistas têm apontado um esvaziamento do ideal ocidental de democracia dentro do sistema capitalista. Recomenda-se, neste contexto, a leitura do texto de Maurício Abdalla, *A democracia no capitalismo*, em que o autor considera que dois dos principais valores de uma sociedade democrática têm sido sistematicamente violados nas democracias liberais contemporâneas.

De um lado, a soberania “de direito e de fato” tem sido tirada das mãos da “totalidade dos cidadãos”, transferindo-se para o controle de grupos econômicos que detêm o poder. O segundo aspecto, diz respeito ao fato de que a população já não se percebe como efetivamente autônoma, na medida em que, na história recente do país, propostas e projetos políticos que contrariam o desejo expresso pela maioria da população são contrariadas por instâncias de governo que, supostamente, deveriam representar a vontade popular. O referido texto constitui o número 7 da série *Cadernos Temáticos* e pode ser gratuitamente acessado no *site* do Nesp.

As pesquisas eleitorais enfrentam críticas por supostamente demonstrarem baixo interesse e escassa capacidade para capturar esse sentimento de rejeição à política disseminado na população. Seja como for, apesar da precariedade momentânea dos dados obtidos em pesquisas, são eles que fundamentam as projeções e táticas de que os partidos lançam mão para se antecipar e organizar a campanha eleitoral. Isso implica dizer que, mesmo tendo fragilidades, esses dados influem na definição dos nomes que virão a compor as chapas e são um critério considerado pelos partidos ao formar coalizões.

Até o momento, as pesquisas são unânimes ao caracterizar algumas situações do pleito eleitoral de 2020 na Capital mineira. A primeira delas é que, com exceção do atual prefeito, Alexandre Kalil (PSD), que tem em seu favor a exposição provida pelo cargo que exerce, os demais candidatos são lembrados espontaneamente por menos de 1% dos entrevistados. Os percentuais de preferência de cada político junto ao eleitorado crescem apenas quando o pesquisador apresenta uma lista de nomes para que o entrevistado aponte seu escolhido. O tema relativo à eleição de prefeitos e vereadores dá sinais de ainda não estar entre as preocupações do cidadão que não acompanha interessadamente os assuntos políticos.

Outro dado a ser ponderado é que as pesquisas divulgadas até agora trazem Alexandre Kalil como favorito, superando com folga os 40% na preferência dos entrevistados. No que diz respeito a apreciação de seu governo, mais da metade dos belo-horizontinos o consideram ótimo ou bom.

O quadro atual sugere que, num possível segundo turno, uma das vagas será ocupada pelo atual prefeito em busca de reeleição. Às legendas oponentes restaria disputar, portanto, a vaga remanescente. Em se confirmando tal cenário, pode-se inferir que os demais candidatos devem assumir um discurso de oposição. Em razão disso, espera-se um embate acirrado já no primeiro turno, multiplicando-se críticas à gestão de Kalil.

Outro elemento a ser considerado é que, na eleição de 2020, passa a valer a emenda constitucional que impõe o fim das coligações proporcionais. Isso significa que estará proibida a coalizão de partidos que sempre se fez para facilitar a eleição e vereadores, deputados estaduais e deputados federais. Esse tema será abordado mais detidamente, em seção própria, ao longo desta análise.

Por ora, vale lembrar que é possível que partidos menores lancem candidatos a prefeito, mesmo sem condições objetivas de vencerem. Essa seria uma tática para fazer conhecidos os seus candidatos a vereador. A implicação imediata de tal decisão é que, havendo mais candidatos, existe a tendência de maior dispersão dos votos entre os que disputam o cargo, fortalecendo a probabilidade de que venha a ocorrer um segundo turno.

Os próximos meses haverão de mostrar se tal hipótese se confirma. É preciso destacar que a decisão de lançar candidaturas sempre esbarra na escassez de financiamento eleitoral. As verbas se reduziram significativamente nas últimas eleições municipais (2016) e também no pleito estadual e federal (2018). Esse foi um resultado sensível da proibição do financiamento de campanha por empresas, por determinação do Supremo Tribunal Federal em 2015.

No entanto, a questão relativa à escassez de verbas em campanhas eleitorais pode estar em vias de se resolver. No projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), foi incluída pelo relator, na Câmara do Deputados, uma proposta que elevaria para R\$ 3,7 bilhões o valor do fundo que financiará as campanhas eleitorais de 2020. O dinheiro extra sairia dos recursos destinados ao pagamento das emendas

das bancadas estaduais na Câmara Federal. O novo valor representa mais do que o dobro dos R\$ 1,7 bilhão que, em 2018, foram alocados para esse fundo de custeio eleitoral. Na hipótese de se equacionar também esse aspecto relativo ao financiamento, reforça-se a hipótese de que, em 2020, possa haver um número recorde de candidatos a prefeito em Belo Horizonte.

Fortalecer a disputa para vereadores é importante para os partidos, porque um bom desempenho nas eleições municipais tende a consolidar as legendas para, daí a dois anos, disputarem os cargos de deputado estadual e federal. Este último é vital para todos os partidos, pois o número de deputados federais eleitos por uma legenda é a base para definir o acesso à mídia nas próximas campanhas eleitorais, bem como os percentuais que cabem a cada uma delas na partilha do Fundo Partidário. Nesse sentido, o bom desempenho na eleição municipal ganha vital importância, na medida em que permite o reposicionamento dos partidos políticos em sua disputa por fatias maiores de poder.

## **FIM DAS COLIGAÇÕES PARTIDÁRIAS PARA A ELEIÇÃO DE VEREADORES**

A legislação eleitoral passa a proibir, já em 2020, a coligação entre os partidos para eleição de parlamentares. Essa era uma tática habitualmente empregada para melhorar o desempenho de partidos que, de outra forma, teriam maior dificuldade para eleger parlamentares. O agrupamento de legendas garantia maior tempo na propaganda eleitoral em rádio e televisão, assim como proporcionava à coligação uma maior parcela no financiamento público para suas campanhas.

Tempo de propaganda e dinheiro se constituíam em moeda de troca para os partidos ao negociarem as condições de associação com outras legendas. Sempre foi comum que um partido condicionasse seu apoio a um candidato majoritário (prefeito, senador, governador ou presidente) de outra legenda à realização de coligações também proporcionais (vereador, deputados estadual e federal).

Do ponto de vista do eleitor, as coligações representavam um problema, pois, ao votar em determinado candidato, podia estar contribuindo para eleger outro, por vezes de campo ideológico muito diverso daquele que ele havia escolhido. Era comum que um candidato famoso recebesse muitos votos e acabasse por eleger anônimos, mesmo que estes últimos tivessem recebido escasso apoio nas urnas. Esse fenômeno ficou conhecido como “efeito Tiririca”, em razão do humorista que se tornou deputado, ao conquistar milhões de votos. Junto com ele, candidatos pouco ou nada conhecidos granjearam assento na Câmara dos Deputados. Os candidatos “celebridade” passaram a ser garimpados pelos partidos que viam neles a valiosa chance de acumular poder. Há um caso emblemático, no início deste século, em que um deputado eleito como campeão de votos acabou por conduzir outro que havia tido apenas 275 votos.

Apesar dessas situações extremas, a medida que proíbe a realização de tais convergências partidárias é polêmica. Em seu favor, costuma-se argumentar que a extinção das coligações torna o processo

eleitoral mais transparente para o eleitor que passa a saber exatamente quem está sendo conduzido ao cargo por meio do seu voto.

Outro efeito esperado dessa medida é que as chamadas “legendas de aluguel” desapareçam ou, pelo menos, tenham mais dificuldade para surgir e persistir. Designam-se com essa expressão aqueles partidos que não possuem consistência ideológica e tampouco representam segmentos sociais. Servem exclusivamente para acolher e acomodar candidaturas que tiram proveito da menor disputa em partidos pequenos e dos ajeitamentos que esses propiciam no jogo político.

No entanto, o fim das coligações proporcionais também recebe críticas porque todos os partidos pequenos podem ser afetados por esse e por outros aspectos da mesma emenda constitucional que funciona como uma “cláusula de barreira”. Partidos menores teriam menos (ou até nenhum) acesso a tempo de propaganda eleitoral em rádio e televisão, assim como deixariam de receber verbas públicas do Fundo Partidário que financia os partidos políticos.

A solução pretendida para esse impasse é que se caminhe para a fusão de partidos. Legendas com convergências ideológicas acabariam por se agrupar como forma de sobrevivência. Ainda que por um lado isso possa ter o resultado positivo de reduzir o número de partidos hoje existente no País, os críticos da medida temem que isso ocorra em prejuízo da diversidade ideológica e de representação dos múltiplos segmentos sociais.

Nesse caso, aqueles partidos localizados mais à esquerda do espectro político e que têm vínculos mais ou menos fortes com movimentos sociais podem caminhar para a extinção, tanto quanto as “legendas de aluguel”. A mudança acabaria, então, por aumentar o risco de que as minorias venham a ser as mais prejudicadas.

## O DESAFIO DE CONTROLAR AS NOTÍCIAS FRAUDULENTAS

É praticamente consenso entre os analistas políticos a constatação de que as redes sociais e a difusão de notícias fraudulentas (*fake News*) tiveram papel determinante nas eleições passadas. Alguns consideram que os meios tradicionais de divulgação eleitoral (principalmente o rádio e a televisão) talvez tenham tido o seu poder de influência diminuído.

Além disso, existe a acusação de que empresários contribuíram ilegalmente para financiar candidatos de sua preferência pagando para impulsionar mensagens via *WhatsApp* com conteúdos mentirosos sobre os adversários. A lentidão da Justiça Eleitoral para julgar tais acusações passou a representar o risco de que a conduta se repita e até mesmo se agrave em 2020. Existe o temor de que essa forma de interferência em processos eleitorais venha a fugir de qualquer possibilidade de controle pelo Estado.



Eleições municipais costumam ter uma dinâmica própria, na medida em que as questões locais tendem a ser mais determinantes do que fatores nacionais mais abstratos. Essa multiplicidade torna muito mais complexo o exercício do controle ou a aplicação de mecanismos de punição aos casos de difusão de notícias falsas. Eleva-se a mais de cinco mil o número de municípios em todo o país. Boa parte deles constituem colégios eleitorais relativamente pequenos que podem ser mais facilmente alcançados por mensagens mentirosas ou de má fé.

Há especialistas que veem nessas condições que cercam as eleições municipais um grau maior de dificuldade para o enfrentamento à disseminação de conteúdos enganosos em plataformas digitais. A vitória de candidatos acusados de se servirem dessas táticas pode ter inaugurado uma nova forma de abuso do poder econômico em pleitos eleitorais.

Dessa forma, desequilibra-se novamente o jogo em favor dos candidatos que têm mais dinheiro ou que congregam apoiadores mais abonados e dispostos a apadrinhar ilegalmente os políticos que representam seus interesses particulares. O silêncio e a morosidade tendem a dar razão às vozes que acusam o Poder Judiciário de conivência. As críticas que se ouvem com esse teor manifestam o temor de que a falta de uma ação incisiva e definidora da Justiça funcione como estímulo à repetição do crime.

Além disso, também a escassez de juízes em face do alto número de candidatos vem sendo apontada como uma fragilidade da Justiça Eleitoral. Haverá cerca de meio milhão de candidatos a prefeito e a vereador disputando as eleições em 2020. Para julgar possíveis violações em campanhas eleitorais contam-se menos de três mil juízes, ou seja, metade dos municípios sequer terá com um juiz eleitoral.

O *Facebook* tem sido acusado de se prestar à manipulação de eleitores em diversos países. Para lidar com o problema, a empresa tem anunciado iniciativas que visam à preservação da integridade das disputas em países como a Argentina e a Bolívia onde ocorrem eleições no presente ano. Redução no número de usuários considerados falsos, diminuição do alcance de postagens com notícias fraudulentas, criação de centros de monitoramento são as medidas divulgadas.

No entanto, há quem considere que tudo isso pode ajudar, mas não é suficiente. A principal ferramenta de difusão de desinformação, com fotografias e notícias descontextualizadas, manipulação de imagens e veiculação de teorias conspiratórias foi o *WhatsApp*. As notícias fraudulentas acumulam ataques à imprensa tradicional com a criação de capas e manchetes falsas e a distorção de notícias. Até mesmo a checagem de fatos – serviço que começou a ser utilizado por órgãos da imprensa nos últimos anos – passou a ser falsificado, desmentindo matérias que representavam fielmente os fatos. Outra tática comum de fraude foi a apresentação de áudios e vídeos com a narrativas de pessoas supostamente comuns, sem uma identificação precisa, que recomendavam voto em um ou outro candidato.

De acordo com informações publicadas pela **BBC News Brasil**, 97 milhões de eleitores brasileiros fazem uso do *WhatsApp* (66%), superando os usuários do *Facebook* (58% do eleitorado). Ainda de

acordo com a matéria, as pessoas mais pobres contratam, junto a suas operadoras de telefonia celular, pacotes de dados que dão acesso gratuito ao aplicativo e a redes sociais, mas teriam de pagar para ter acesso a outros serviços de internet. Para clicar em *links* que recebem pelo *WhatsApp*, ler integralmente as notícias e confirmar a veracidade das informações recebidas teriam de consumir parte da quantidade de acesso a dados a que têm direito pelo valor que já pagam mensalmente. Daí a constatação de que, para não investirem mais dinheiro, parte dos usuários se contenta com as notícias que recebe (gratuitamente) em grupos de *WhatsApp*.

Outro fato é que o *WhatsApp* não contém apenas grupos privados (familiares, amigos e colegas), mas possui grupos públicos nos quais é possível inscrever-se por meio de *links* disponibilizados na internet. Pessoas mutuamente desconhecidas se unem em grupos para, supostamente, discutirem determinados temas. A mencionada reportagem da **BBC News Brasil** constata que essa tem sido a principal porta para a difusão de toda sorte de notícias fraudulentas que, depois, se disseminam também em grupos privados.

Em meados de agosto, um dos mais renomados jornais do mundo, o americano **The New York Times**, publicou uma matéria discutindo o modo como o YouTube e seus algoritmos conduziram os usuários para os extremos da política brasileira. De acordo com o jornal, “o recurso de recomendação do site amplia os vídeos marginais para o *mainstream* [o centro, o foco] e pode ajudar, inconscientemente, a espalhar conspirações e desinformações sobre doenças perigosas, colocando em risco a saúde pública”. Em outras palavras, a abordagem de certos temas com uma linguagem crua teria contribuído para a emergência de um pensamento extremado. Boa parte dos usuários jamais teria acesso àquele tipo de conteúdo – que tende a ser grosseiro e lesivo à sensibilidade de usuários comuns. No entanto, o YouTube acaba por apresentar e a divulgar conteúdos que, em outras condições, seriam reputados escatológicos. A matéria associa a polarização que se vê na história recente do Brasil, bem como o resultado das eleições de 2018, a esse modo de funcionamento do YouTube.

## **ABUSO DO PODER ECONÔMICO EM NOVO FORMATO: EMPRESÁRIOS FINANCIAM PREPARAÇÃO DE POLÍTICOS**

No início do mês de julho, uma matéria publicada pelo jornal espanhol **El País** chamava a atenção para uma nova “experiência política” em andamento no Brasil. Trata-se, como dito no jornal, de uma “minuciosa estratégia” para eleger novos deputados com um perfil diverso do habitual: são predominantemente jovens – vários deles ainda não ocuparam cargos públicos – selecionados entre milhares de pretendentes e que durante meses são submetidos a um “treinamento” sobre temas afetos às políticas públicas. O treinamento abrange também aspectos atitudinais, como a formação para a liderança.



Na atual legislatura, que se iniciou em janeiro deste ano, 34 parlamentares foram eleitos, deputados federais e senadores, graças a essa iniciativa. Filiam-se a vários partidos, tanto ditos de “esquerda” como outros, de “direita”. Essa circunstância, por si só, poderia emprestar à iniciativa uma equívoca impressão de neutralidade ideológica, como se os formandos recebessem capacitação meramente técnica e depois se posicionassem livremente no espectro político.

No entanto, a matéria chama a atenção para o fato de que o financiamento desse “experimento” é feito diretamente por empresários ou por meio de entidades filantrópicas custeadas por eles. Vários desses grupos empresariais são nomeados na reportagem. Afirma-se que o RenovaBR teria conseguido eleger dez parlamentares; outros dezenove eleitos teriam sido formados pela RAPS (Rede de Ação Política pela Sustentabilidade); o Ocupa Política é associado à eleição de outros quatro deputados.

O discurso da renovação é ostentado pelos diversos grupos. Supostamente a preparação de novos quadros seria feita com neutralidade e sem um programa político próprio. No entanto, essa proposta tem recebido críticas. Acusam-na de ser apenas uma fachada de renovação, honestidade e isenção. Por trás de tal aparência, haveria apenas as mesmas velhas práticas da política tradicional. Continuaría sendo mantida a mesma estrutura em que os parlamentares eleitos ficam vinculados aos interesses não confessados daqueles que estão financiando sua eleição.

De acordo com essa perspectiva, tais iniciativas representariam uma tática para driblar a já mencionada determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) que proibiu, em 2015, o financiamento de campanhas eleitorais por empresas. A intervenção do poder econômico que favorece alguns candidatos, dando-lhes vantagens na competição, dar-se-ia agora pela preparação dos escolhidos antes mesmo do início da corrida eleitoral.

Outra crítica que vem sendo feita à ação desses grupos é que sua neutralidade ideológica seria questionável. Subjaz ao processo formativo que eles propõem um discurso empresarial que transpõe para o universo da política a crença na eficiência e na eficácia, como se bastasse adotar os métodos certos para alcançar resultados mensuráveis.

Aqueles que discordam de tal perspectiva criticam tal visão por considerá-la excessivamente gerencialista. Acusam-na de adotar uma posição simplista, segundo a qual bastariam gestão e boa vontade para sanar os problemas do Estado. Trata-se de uma perspectiva simplista, dizem os críticos, já que as diferenças de pontos de vista, a diversidade de interesses e os conflitos de toda sorte – integrantes inextirpáveis de qualquer sociedade – são sistematicamente desconsiderados.

O tratamento da administração pública como se fosse redutível a uma questão de gestão é discurso típico dos defensores da “antipolítica” e de grupos que acreditam que a salvação para a política reside na intervenção de pessoas e setores externos ao sistema partidário. Subentende-se mais ou menos explicitamente que a iniciativa privada seria necessariamente mais competente do que o setor público

e que este último deveria ser resgatado (de modo especial) por empresários que tenham tido sucesso em seus negócios. Mal se oculta a crença de que a administração pública seria melhorada caso “novos políticos” se apropriassem dos métodos e das metas da gestão de negócios, aplicando-os à política tal e qual se faz em uma empresa.

A principal crítica que se faz ao desejo de tratar a política pública numa perspectiva gerencialista é que esta última costuma desconhecer a multiplicidade de agentes e interesses presentes em uma sociedade complexa. Tal pluralidade – dizem – não pode ser nem reduzida nem eliminada, tal como por vezes se faz em uma empresa ao suprimir as contradições que possam existir dentro dela. Numa sociedade, a supressão das eventuais dissonâncias implicaria eliminar as pessoas e grupos que discordam de uma política. A tal ponto, a democracia já estaria destruída e tal sociedade já haveria tombado no abismo do autoritarismo.

## GRUPOS DE EMPRESÁRIOS ATUAM COMO PARTIDOS POLÍTICOS

De fato, nem todos os grupos empresariais reivindicam a mesma pretensa neutralidade ideológica. Em 2018, formou-se um grupo de empresários que apoiavam a candidatura de Flávio Rocha, proprietário das lojas Riachuelo, à Presidência da República.

De acordo com uma reportagem publicada em junho, no jornal **O Globo**, são cerca de trezentos empresários que vêm se estruturando como *Instituto Brasil 200*. Preparam-se para apresentar candidatos e disputar tanto as eleições municipais de 2020, assim como próxima eleição presidencial.

O nome do grupo faz uma referência ao bicentenário da independência do Brasil que se comemora em 2022. Estima-se que o faturamento somado das empresas associadas esteja em R\$ 40 bilhões. Existe a expectativa de que o grupo cresça e chegue a integrar mil empresas. Dentre as 27 unidades da Federação, o grupo já está presente em 25. Apenas Acre e Amapá não contavam com representação do grupo quando a referida reportagem foi publicada.

No Congresso Nacional, formou-se, em abril, a *Frente Parlamentar Mista Brasil 200* à qual aderiram 199 deputados e 10 senadores, sob a presidência da deputada Joice Hasselmann (PSL-SP). Estão sendo gestados projetos na área econômica, como a reforma tributária, mas discutem-se também propostas em outras áreas de interesse social, como a segurança pública. Identificada como “liberal na economia e conservadora nos costumes”, a Frente se diz independente em face do atual governo. No entanto, tem mostrado afinidade com a maioria das pautas governamentais, como a flexibilização do porte de armas.

De certo ponto de vista, essas iniciativas representam uma maneira de tais agrupamentos contornarem as formas atuais de representação política empresarial, tradicionalmente concentrada em (ou, pelo

menos, mediada por) entidades de classe como as federações de indústria (CNI, Fiesp, Firjan e tantas outras). A reportagem chama a atenção para o fato de que dirigentes dessas estruturas verticais do sindicalismo patronal manifestam descontentamento com essa nova forma aberta de intervenção política. Há várias décadas essas instituições oficiais têm atuado politicamente; costumam fazê-lo de forma mais discreta, agindo nos bastidores.

O novo movimento empresarial se espelha nos *think tanks*, que são centros de formação de lideranças financiados por grandes empresas nos Estados Unidos. No caso brasileiro, ao invés de se dedicarem apenas à reflexão, esses núcleos empresariais se distinguem pela atuação política ostensiva em favor de pautas de seu interesse. Na série *Cadernos Temáticos do Nesp*, número 7, encontra-se uma análise, feita por Kátia Gerab Baggio, sobre a atuação de movimentos políticos brasileiros sustentados ideológica (e até financeiramente) pelos *think tanks* dos Estados Unidos. O *Caderno Temático* pode ser gratuitamente acessado no *site* do Nesp.

Nas eleições de 2020, o grupo promete ser bastante ativo e tenta se fortalecer para garantir a eleição de prefeitos e vereadores alinhados a seu pensamento. Fala-se na criação de um selo por meio do qual seria possível identificar os candidatos que são apoiados pelo Instituto. A internet deverá ser um espaço privilegiado para difusão do ideário defendido por esses empresários.

## CRÔNICA DA FORMAÇÃO DE ALIANÇAS PARA AS ELEIÇÕES DE 2020

Lançando um rápido olhar sobre os maiores municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, chama a atenção o fato de que, em 2019, os três maiores colégios eleitorais (Belo Horizonte, Contagem e Betim) não estão sendo governados por prefeitos dos grandes partidos. Parece apressado inferir desse fato que tenha havido uma mudança política estrutural, mas, pelo menos na Capital, pode-se suspeitar legitimamente que tenha havido uma migração de poder das mãos de legendas tradicionais para outras, emergentes. Trata-se de um rearranjo que se verifica, principalmente, no campo mais conservador, enquanto os setores mais progressistas ficaram fora desse rateio de poder.

Tais legendas crescem e buscam ocupar o espaço deixado, sobretudo, pelo PSDB, cuja principal liderança local, o deputado federal Aécio Neves, teve sua ascendência diminuída após os escândalos que envolveram seu nome. A derrota do senador Antonio Anastasia (PSDB) na disputa pelo governo do Estado em 2018 que favoreceu, por significativa diferença de votos, o governador eleito Romeu Zema (Novo) é um outro marco da diminuição da representatividade dessa legenda que outrora governou o estado por diversos mandatos consecutivos. Em janeiro, o prefeito de Contagem, Alex de Freitas, anunciava sua desfiliação do PSDB, dizendo que “nenhum grande partido passou incólume ao clamor das ruas” e declarava urgente a tarefa de “reconstrução do partido”.

Também o Partido dos Trabalhadores sofreu no ano passado, em primeiro turno, a derrota do ex-governador Fernando Pimentel (PT) que buscava reeleger-se. O PT se encontra fora das principais prefeituras mineiras e, pelo menos neste momento, dá sinais de estar encontrando dificuldades para apontar, em Belo Horizonte, um candidato eleitoralmente viável. Esse partido encontra dificuldade – a mesma que vários outros – para apresentar um candidato natural, isto é, alguém que seja facilmente reconhecido pelo eleitor e que, portanto, possa competir com o prefeito Alexandre Kalil (PSD) que está pleiteando sua recondução ao cargo.

Outros partidos que, no passado, já tiveram maior influência dão sinais de diminuição do espaço político que ocupam. Esta é a situação em que se encontram hoje o DEM e o MDB. Por outro lado, comparam-se no cenário eleitoral da Capital partidos antes ausentes ou que orbitavam de modo periférico as alianças com partidos maiores, como é o caso do PSL ou do PRB.

Vale lembrar que esse movimento já se anunciava nas eleições de 2016, quando Kalil saiu vitorioso tendo disputado as eleições pelo PHS, um partido que, já naquele momento, era um dos menores na política mineira. Após a reforma eleitoral, impuseram-se regras que funcionam como uma cláusula de barreira e o PHS acabou incorporado pelo Podemos. Kalil se transferiu então, recentemente, para o PSD.

O atual prefeito tem sido considerado pelos analistas como o favorito, com chances de ser reeleito no próximo ano. Em seu favor, contam a visibilidade que obtém no cargo e a avaliação positiva que, conforme indicam as pesquisas, seu governo tem alcançado junto a parte significativa da população.

O principal desafio para selar a candidatura de Kalil é a consolidação de uma aliança ampla com outros partidos que lhe deem sustentação. Ao que parece, essa tem sido uma preocupação presente há vários meses. A contratação de Adalclever Lopes (MDB), ex-presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, como consultor para relações institucionais na Prefeitura tem sido avaliada como um passo importante para a composição da chapa e – especula-se – ele seria um potencial candidato a vice-prefeito.

Não há, porém, indicativos de que essa situação já esteja totalmente definida. Tampouco se sabe se Adalclever fala hoje em nome de seu partido, visto que já há notícias publicadas sugerindo que ele poderia inclusive se reposicionar em outra legenda para acumular forças para a disputa. Na imprensa, existem menções de um suposto apoio de Adalclever ao candidato, hoje no PRB, Mauro Tramonte. Na atual carência de definições, abundam especulações.

Tem sido dito também que existe a possibilidade de o senador Antonio Anastasia (PSDB) mudar de partido, migrando para o PSD, legenda comandada, aqui no estado, pelo próprio Kalil. Não consta que o senador tenha se manifestado diretamente a esse respeito.

O encerramento do prazo para que as escolhas partidárias estejam concluídas será apenas em julho do próximo ano. Até lá as alianças são um trabalho em andamento e podem sofrer muitas mudanças. Apesar de se tratar de um quadro bastante provisório, essas notícias contribuem, entretanto, para se visualizar um esboço dos rumos que as negociações estão tomando. Se não representam fatos confirmados, pelo menos já assinalam tendências.

Por ora, vários outros nomes vêm sendo citados como potenciais concorrentes de Kalil. Um deles é o deputado Mauro Tramonte (PRB) que foi eleito em 2018 com a mais expressiva votação aqui no estado. Mais de meio milhão de eleitores o escolheram para compor a Assembleia Legislativa, fazendo dele o segundo deputado estadual mais votado em todo o país naquele ano. Sua candidatura à Prefeitura de Belo Horizonte é vista como provável, depois que uma pesquisa o apresentou em segundo lugar nas intenções de voto.

As matérias jornalísticas que cobriram a expressiva votação conquistada por Tramonte consideraram que seu êxito se deve à exposição que o (agora) deputado consegue como apresentador de um programa, na RecordTV, no qual são abordadas pautas com forte apelo emocional. Tanto essa rede de televisão como o próprio partido ao qual Mauro Tramonte se encontra filiado (o PRB) aparecem, frequentemente, vinculados à Igreja Universal do Reino de Deus. Há rumores – contestados pelo próprio político – de que ele possa vir a trocar de partido, tendo em vista formar uma coalização suficientemente forte para enfrentar a disputa.

Outro nome visto como provável candidato é o do deputado estadual João Vitor Xavier que, em abril, saiu do PSDB dirigindo-se, no mês seguinte, para o Cidadania (nome adotado pelo PPS em março). Tendo assumido a presidência de seu novo partido, há notícias de que ele contaria com o apoio do DEM e do Patriotas (nome adotado pelo PEN em 2018).

No final de julho circulavam notícias de que também o PSDB deve lançar candidato próprio à Prefeitura de Belo Horizonte. São citados o deputado federal Eduardo Barbosa e a secretária-adjunta de estado de planejamento e gestão, Luísa Barreto.

Outro partido que pretende lançar candidato próprio é o PSL. Esse partido pode ter em seu favor o mesmo movimento da opinião pública que elegeu o presidente Jair Bolsonaro (PSL). Em Minas Gerais, o PSL conta seis deputados estaduais e outros seis federais. Encontra-se em andamento uma campanha para ampliar seu número de filiados. O partido deseja fortalecer sua base e expandir seu domínio nos municípios com um bom desempenho nas eleições do próximo ano. Aquilo que constitui sua maior aposta – o êxito do governo Bolsonaro – pode também ser seu limite, caso a gestão do presidente perca aprovação popular até a data da eleição.

O nome do ministro de meio ambiente Marcelo Álvaro Antônio vinha sendo mencionado na imprensa como possível candidato em Belo Horizonte pelo PSL, mas esse projeto parece ter arrefecido após as

denúncias que o associaram a um suposto esquema de uso de candidaturas laranjas aqui em Minas. Ao mesmo tempo em que se diz que o deputado estadual Bruno Engler seria um dos possíveis pré-candidatos, circulam notícias de que outros nomes também estariam sendo sondados.

Consta, igualmente, que o Partido Novo deve indicar um candidato a prefeito na Capital e que um processo seletivo estaria sendo realizado. A informação disponível é que esse nome seria escolhido até o próximo mês de outubro. Assim como o PSL, também o partido Novo saiu fortalecido do pleito passado, contando em seu favor o fato de agora ter o governo do estado.

No entanto, o Novo partilha com o PSL um mesmo campo político. Não é certo que, até outubro de 2020, continue persistindo a mesma conjunção de fatores que, em 2018, levou à eleição de Romeu Zema (Novo) com quase dois terços dos votos válidos. Seja como for, não está claro, neste ponto da corrida eleitoral, se e em que medida Zema participará da campanha em favor dos candidatos de seu partido ou de outros de sua preferência.

O controle da máquina pública estadual pode ser algo positivo se o governo mantiver a aprovação da maioria dos belo-horizontinos. Contudo, pesa sobre Zema o dever de demonstrar sua crença (e suas promessas) de que, graças a um governo alegadamente “técnico”, o estado viria a ter melhores resultados do que os obtidos com seus predecessores “políticos”. Como se pode inferir, existe uma aposta alta. A gravidade da crise por que passa Minas Gerais tem se constituído como um desafio considerável para o governo Zema.

Complicam os já numerosos desafios que pairam sobre o governo Zema a eventual reação da opinião pública às propostas de privatização da Cemig e da Copasa. O tempo haverá de revelar também o custo político de outras medidas impopulares, como a retirada de direitos de servidores públicos, que o governo tenta impor à Assembleia Legislativa.

A depender da forma como – em prevalecendo tais medidas – haverá de reagir a opinião pública, essas questões poderão ter impactos significativos em um ano eleitoral. Pelo menos é de se esperar que os adversários se sirvam desse mote para atingir o candidato do governador, caso venha a mostrar chances de vitória.

Num outro campo, tem sido discutida a possibilidade de se formar uma frente dos partidos situados à esquerda do espectro político na Capital. Há quem defenda que a deputada Áurea Carolina (PSOL) poderia ser esse nome de consenso, mas outros atribuem à deputada Beatriz Cerqueira (PT) essa mesma capacidade. Entretanto, PT e PCdoB seguem avaliando a possibilidade de lançar candidaturas próprias. No Partido dos Trabalhadores, são mencionados os nomes dos deputados federais Rogério Correia e Reginaldo Lopes, assim como os deputados estaduais Beatriz Cerqueira e André Quintão, além da ex-secretária de educação, Macaé Evaristo, e do vereador Pedro Patrus.



Já no final de agosto, uma entrevista concedida pela presidente nacional do PT, deputada Gleisi Hoffmann, reafirmou a intenção da legenda de ter candidatura própria em Minas Gerais, ao mesmo tempo em que ela dava destaque para a possível apresentação do ex-governador e ex-prefeito da Capital como candidato a um novo mandato à frente da Prefeitura de Belo Horizonte. No entanto, segundo notícias da imprensa, o próprio Pimentel teria negado ter intenção de pleitear novamente o cargo.'

Contudo, há outra voz corrente que defende que o PT deveria apoiar a reeleição de Kalil, sob a justificativa de que o atual prefeito teria conseguido estabelecer certo diálogo com as propostas defendidas pela esquerda em seus programas sociais. Ao mesmo tempo, a relação do prefeito com servidores municipais e suas propostas de privatização (com destaque para a proposta de venda de mercados municipais) são objeto de críticas no PT.

Além disso, há outros possíveis candidatos que, no momento, se encontram sem partido, mas cujos nomes têm sido listados pela imprensa como pretendentes do cargo de prefeito. Entre eles, destaca-se Duda Salabert que, na eleição passada, disputou uma vaga no Senado pelo PSOL, mas que não está filiada a partido algum. Consta que ela poderia vir a ser uma aposta do PDT, em face da recusa de Marcio Lacerda que, segundo informações da imprensa, teria sido sondado por esse último partido. Vale lembrar que, a julgar por seu comportamento nas últimas eleições, o ex-prefeito Marcio Lacerda costuma adiar suas decisões eleitorais até o final do prazo.

## CRÉDITOS

A análise publicada em *Contextus* não representa a opinião da PUC Minas ou da Arquidiocese de Belo Horizonte. Sua publicação, sob responsabilidade exclusiva do Nesp, obedece ao propósito de estimular a reflexão sobre a conjuntura política e outros aspectos de interesse social.

### Núcleo de Estudos Sociopolíticos

Avenida Dom José Gaspar, 500 – Prédio 04 – Sala 205

30.535-901 - Belo Horizonte – MG

Site: [www.nesp.pucminas.br](http://www.nesp.pucminas.br) | E-mail: [nesp@pucminas.br](mailto:nesp@pucminas.br) | Telefone: 3319-4978

### Grupo Gestor

#### Representantes da PUC:

Adriana Maria Brandão Penzim  
Claudemir Francisco Alves  
Robson Sávio Reis Souza (Coord.)

#### Representantes da Arquidiocese de Belo Horizonte:

Frederico Santana Rick - VEASP  
José Zanetti Gonçalves - RENSE

### Conselho Editorial

Adriana Maria Brandão Penzim  
Claudemir Francisco Alves  
Robson Sávio Reis Souza

### Redator

Claudemir Francisco Alves